

Artigos

Aspectos semânticos da evidencialidade em artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste” do Estado do Ceará

Semantic aspects of evidentiality in opinion articles from the newspaper “Diário do Nordeste” in the State of Ceará

Cláudia Ramos Carioca*
Paulo Roberto Sousa Ferreira**

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar os aspectos semânticos da evidencialidade em artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste” do Estado do Ceará, no período de 01 de junho a 31 de julho de 2022. A teoria linguística adotada neste trabalho é o funcionalismo, mais especificamente, por meio da perspectiva funcionalista de Hengeveld e Mackenzie (2008) em relação à sua Gramática Discursivo-Funcional (GDF), pois a GDF, a partir do modelo teórico top-down, começa com a intenção comunicativa do falante e vai até a articulação, fazendo que a GDF represente um posicionamento teórico-descritivo de análise da expressão linguística. O *corpus* desta pesquisa corresponde a 30 artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste” do Estado do Ceará. Metodologicamente, analisou-se os aspectos semânticos da evidencialidade em artigos de opinião. Nos resultados deste trabalho, em relação aos aspectos semânticos, observou-se uma maior porcentagem da fonte externa definida com 47,59%, seguido da fonte sujeito-enunciador com 43,45%; observou-se uma predominância do percentual do acesso evidencial indireta com 55,17%, seguido do acesso evidencial direta com 42,76% e observou-se uma predominância da natureza evidencial relatada com 55,17%.

Palavras-chave: *evidencialidade; gramática discursivo-funcional; artigo de opinião; jornal “Diário do Nordeste”*

* Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção, Ceará – Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0956-2432>. E-mail: claudiacarioca@unilab.edu.br

** Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção, Ceará – Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1239-2446>. E-mail: paullobertto@gmail.com

ABSTRACT

This research aimed to analyze the semantic aspects of evidentiality in opinion articles from the newspaper “Diário do Nordeste” in the State of Ceará, from June 1st to July 31st, 2022. The linguistic theory adopted in this work is functionalism, more specifically, through the functionalist perspective of Hengeveld and Mackenzie (2008) in relation to their Discursive-Functional Grammar (GDF), as the GDF, based on the top-down theoretical model, begins with the speaker’s communicative intention and goes to the articulation, making the GDF represent a theoretical-descriptive positioning for the analysis of linguistic expression. The corpus of this research corresponds to 30 opinion articles from the newspaper “Diário do Nordeste” in the State of Ceará. Methodologically, the semantic aspects of evidentiality in opinion articles were analyzed. In the results of this work, in relation to semantic aspects, a higher percentage of the defined external source was observed with 47.59%, followed by the subject-speaker source with 43.45%; a predominance of the percentage of indirect evidential access was observed with 55.17%, followed by direct evidential access with 42.76% and a predominance of the reported evidential nature was observed with 55.17%.

Keywords: *evidentiality; functional discourse grammar; opinion article; newspaper “diário do nordeste”*

1. Introdução

A evidencialidade é a categoria linguística que indica a fonte da informação e o modo de obtenção da informação de um enunciado. Baseando-se em Hengeveld (1988), Dall’Aglio-Hattner (1995), Casseb-Galvão (2001a) e Carioca (2009), os tipos de fontes da informação são definidos como sujeito-enunciador, fonte externa definida e indefinida e domínio comum. Também é necessário enfatizar que a indicação ou não da fonte das informações e, consequentemente, a forma de transmissão do conhecimento demonstram o nível de comprometimento do sujeito-enunciador¹ acerca do que é exposto.

Em algumas línguas naturais não existe a manifestação morfológica de evidencialidade como o português brasileiro contemporâneo. No que tange à origem de marcadores evidenciais para o estudo do português brasileiro, Casseb-Galvão (2001b, p. 583) afirma que “a língua pode ter um sistema evidencial original ou, dependendo, dentre outras coisas, da necessidade

1. Conforme Pêcheux (1995[1975]), à luz da Análise do Discurso, sujeito enunciador é aquele que enuncia, de forma efetiva, um discurso.

comunicativa, esse sistema pode vir a se desenvolver no decorrer do tempo”. Diante dessa afirmação, a autora propõe a noção de que as marcas evidenciais do português brasileiro se manifestam a partir de necessidades comunicativas ocorrentes nesta língua. Em relação a isso, destaca-se que a evidencialidade também pode ser manifestada no português brasileiro, a partir de necessidades comunicativas em contextos discursivos como o discurso jornalístico por exemplo, o qual exige o uso recorrente de itens lexicais ou gramaticais para a indicação ou não da fonte das informações, para a manifestação da forma de transmissão do conhecimento e para a demonstração do nível de comprometimento do sujeito-enunciador acerca do que é exposto. Desse modo, entende-se que todo esse contexto discursivo pode viabilizar o desenvolvimento da evidencialidade nesta língua.

Assim, destaca-se a necessidade de identificar e analisar a evidencialidade no português brasileiro contemporâneo através de itens lexicais ou gramaticais em um gênero textual específico, que neste trabalho, consiste no gênero jornalístico artigo de opinião. Essa análise da evidencialidade no gênero jornalístico artigo de opinião deve considerar a influência da situação comunicativa estabelecida, a intencionalidade dos autores dos artigos e, conseqüentemente, também deve considerar o próprio contexto discursivo jornalístico que envolve a transmissão das informações, a indicação ou não das fontes e o posicionamento do comprometimento assumido pelos autores acerca do que é dito.

2. A abordagem funcionalista e a Gramática Discursivo-Funcional

Segundo Neves (2018, p. 15), o funcionalismo é “uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se a uma teoria global de interação social”. Nesse sentido, o funcionalismo consiste em uma teoria linguística que objetiva analisar a organização das gramáticas das línguas naturais relacionando-a à noção de interação social e a influência dos distintos contextos comunicativos envolvidos nos usos linguísticos reais (Neves, 2018). Desse modo, segundo Furtado da Cunha (2011), o interesse de investigação do funcionalismo vai além da estrutura gramatical, uma vez que a perspectiva funcionalista procura na situação comunicativa a motivação para os fatos de linguagem, em que estão envolvidos os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo. Diante desse contexto, destaca-se que a gramática de uma dada língua natural se modifica através da inter-

-relação entre necessidade comunicativa, interação social e usos linguísticos (Furtado da Cunha, 2011; Neves, 2018).

Assim, entende-se que a língua, tomada como objeto de estudo na abordagem funcionalista, pode ser definida como um instrumento variável e influenciado pelas necessidades comunicativas e os usos linguísticos de uma dada situação comunicativa (Neves, 1997 e 2018). Em concordância com isso, Casseb-Galvão (2001a) define que a língua é um sistema não-acabado que está em constantes constituição e transformação. Logo, a língua pode sofrer mudanças linguísticas ao longo do tempo e, assim, consequentemente, pode desenvolver um sistema evidencial a partir das necessidades comunicativas e dos usos linguísticos (Casseb-Galvão, 2001b).

Logo, a importância da perspectiva funcionalista para o estudo da evidencialidade consiste no fato de que o sistema evidencial no português brasileiro desenvolveu-se no passar do tempo através de necessidades comunicativas e de contextos reais de uso da língua portuguesa considerando as nuances e as peculiaridades desta língua (Carioca, 2005, 2009, 2015, 2016, 2018; Dall’aglio-Hattner, 1995; Casseb-Galvão, 2001a, 2001b; Gonçalves, 2003 e 2004; Hattner, 2018; Lucena, 2008; Santos, 2008; Silva, 2013; Silva, 2020a e 2020b; Vendrame, 2005 e 2010).

Dentre as abordagens funcionalistas, destaca-se a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008).

A GDF consiste em uma ampliação da Gramática Funcional (GF) de Dik (1989 e 1997), considerando que o objeto de estudo da GF é a oração, a qual é estratificada em camadas em um modelo *bottom-up* (de baixo para cima) enquanto que a preocupação investigativa da GDF é o Ato Discursivo em uma organização *top-down* (de cima para baixo). A GDF começa com a intenção do falante e vai até a articulação. Isso decorre da suposição de que um modelo gramatical será mais eficaz quanto mais sua organização se aproximar da noção de processamento da linguagem no indivíduo (Hengeveld & Mackenzie, 2008).

A GDF considera que a unidade básica do discurso não é a oração, mas o Ato Discursivo. Atos Discursivos combinam-se e organizam-se em estruturas discursivas maiores, como os *Moves* (Movimentos). Essas estruturas maiores são responsáveis pelas unidades maiores do que a oração individual. No entanto, os Atos Discursivos também podem se manifestar em linguagem como orações, como fragmentos de orações totalmente gra-

maticais, frases ou palavras (Hengeveld & Mackenzie, 2008). Desse modo, percebe-se que diferentemente da GF, que tem a oração como objeto de estudo, a GDF possibilita o estudo linguístico de orações e de estruturas textuais-discursivas maiores ou menores que a oração, que manifestam os usos linguísticos reais de uma dada situação comunicativa.

Em relação aos níveis de representação, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a organização dos *Moves* e Atos Discursivos é tratada em um nível da gramática, o Nível Interpessoal, o qual é um dos quatro níveis de organização da GDF. Desses níveis dois são para a formulação, sendo os Níveis Interpessoal e Representacional para análise pragmática e semântica, respectivamente, e dois para a codificação, sendo os Níveis Morfossintático e Fonológico. Segundo os autores um dos motivos para a organização linguística desses quatro níveis é que a referência anafórica é possível a qualquer um deles, significando assim que esses níveis devem estar disponíveis como potenciais antecedentes nas representações subjacentes.

Nesse contexto, é importante destacar que, na GDF, a organização gramatical consiste em um processo bastante complexo que envolve uma hierarquia que apresenta os aspectos pragmáticos no topo da estruturação gramatical, seguindo com os aspectos semânticos, morfossintáticos e fonológicos respectivamente. Além disso, também é necessário enfatizar que na organização gramatical os aspectos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos se relacionam entre si na manifestação linguística, corroborando assim para o estabelecimento e a sistematização da gramática funcional (Hengeveld & Mackenzie, 2008).

Para o estudo da evidencialidade, em uma dada língua natural, a GDF, que tem como objeto de estudo o Ato Discursivo, possibilita o estudo linguístico de orações e de estruturas textuais-discursivas maiores (*Moves*) ou menores que a oração que, por sua vez, manifestam os usos linguísticos reais de uma dada situação comunicativa.

Nesse sentido, a investigação da evidencialidade através da perspectiva da GDF pode basear-se na organização da gramática de cima para baixo da GDF, em que a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe. Por meio da formulação, motivações pragmáticas (contextuais) do Nível Interpessoal influenciam os sentidos pretendidos (aspectos semânticos) do Nível Representacional e, conseqüentemente, os aspectos pragmáticos e semânticos influenciam, através da codificação, a organização sintática da expressão linguística do Nível Morfossintático,

em uma situação contextual estabelecida, oriunda de uma necessidade comunicativa.

Para se ilustrar o estudo da evidencialidade na GDF, Hengeveld e Mackenzie (2008), definem uma tipologia evidencial, que apresenta quatro subcategorias evidenciais: reportatividade, inferência, genericidade e percepção do evento.

Em suma, por meio da GDF, pode-se estudar no artigo de opinião os aspectos semânticos da evidencialidade manifestados na expressão linguística no português brasileiro através de itens lexicais ou gramaticais, os quais codificam os marcadores evidenciais nessa língua.

3. Categoria linguística evidencialidade

Em relação à categoria linguística evidencialidade destaca-se o trabalho de Willett (1988) que analisou o estatuto da evidencialidade enquanto categoria linguística, investigou-se 38 línguas distintas e definiu-se uma tipologia específica da evidencialidade. O autor defende uma divisão entre evidencialidade direta ou atestada e evidencialidade indireta. Na evidencialidade direta, o falante entende a informação exposta através de seus sentidos (visual, auditivo e outro sentido). Nas evidências sensoriais visual e auditiva, o falante vê ou ouve o evento descrito ou ainda o mesmo pode ter contato com evento por meio de outro sentido (Willett, 1988). Já a evidencialidade indireta ocorre através da manifestação de uma inferência do falante ou quando outro indivíduo relata algo ao falante. A evidencialidade indireta se divide em inferência e relatada (Willett, 1988).

Segundo Willett (1988) o tipo de evidência por inferência se subdivide em: resultados e raciocínio. A evidência pelos resultados é obtida através da observação de um evento pelo falante. Já a evidência pelo raciocínio é obtida por meio da interpretação mental do falante baseada em alguma intuição, na lógica ou em um sonho. Segundo o autor, o tipo de evidência relatada se subdivide em: de segunda mão, de terceira mão e folclore / lenda / mito. Na evidência de segunda mão a informação que chega ao falante através de uma testemunha presente do evento enquanto que a evidência de terceira mão a informação chega ao falante de um indivíduo que não é testemunha visual do evento. Já na evidência por folclore / lenda / mito,

a informação é fornecida por meio de histórias e contos orais do domínio popular (Willett, 1988).

Conforme Givón (2001) a evidencialidade pode desenvolver-se em uma língua natural através da gramaticalização, a qual pode associar-se ao complexo tempo-aspecto-modalidade, pois segundo (Givón, 2001, p. 327) “os sistemas evidenciais tendem a gramaticalizar como parte do complexo flexional do verbo tempo-aspecto-modalidade”.

Continuando-se a definição e o estabelecimento de algumas tipologias evidenciais, destaca-se o trabalho de Casseb-Galvão (2001a) que estabelece e define uma tipologia evidencial que considera qual o tipo e o grau de envolvimento do falante com a situação descrita, que, por sua vez, se relaciona ao tipo de experiência sensorial/cognitiva dando origem ao conhecimento asseverado. Nessa tipologia, a autora também considera como o ouvinte pode reconstruir a informação pragmática do falante no que diz respeito à experiência sensorial/cognitiva do falante, explicitada na expressão linguística evidencial, e consequentemente, como essa experiência pode ser interpretada pelo ouvinte na situação de interação (Casseb-Galvão, 2001a).

Assim, em suma, entende-se que a evidencialidade é a categoria linguística que indica a fonte a informação e o modo de obtenção da informação de um enunciado (Carioca, 2009). Nesse sentido, fundamentando-se nos trabalhos de Hengeveld (1988), Dall’Aglio-Hattner (1995), Casseb-Galvão (2001a) e Carioca (2009), observa-se que os tipos de fontes da informação são definidos como sujeito-enunciador, fonte externa definida e indefinida e domínio comum. Também é necessário enfatizar que a indicação ou não da fonte das informações e, consequentemente, a forma de transmissão do conhecimento demonstram o nível de comprometimento do sujeito-enunciador acerca do que é exposto (Hengeveld, 1988; Dall’aglio-Hattner, 1995; Casseb-Galvão, 2001a; Carioca, 2009).

4. O Discurso jornalístico

Baseando-se na Análise do Discurso Francesa (AD), segundo Pêcheux (1995), a linguagem relaciona-se a fatores sociais e históricos de um dado momento. Nesse sentido, destaca-se que a linguagem não é neutra, mas na realidade é ideológica, na qual pode-se ou deve-se manifestar pontos de vista e práticas sociais por meio dos processos discursivos, uma vez

que “todo processo discursivo de inscreve numa relação ideológica de classes” (Pêcheux, 1995, p. 92). Desse modo, para se conceituar discurso, Maingueneau (2008, p. 15), define que o discurso consiste na “dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Esse autor também expõe que o discurso é “um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação” (Maingueneau, 2008, p. 19).

No que diz respeito ao discurso jornalístico enquanto um campo de regularidades enunciativas, Schwaab e Zamin (2014, p. 50) afirmam que essa noção “deriva da concepção do fazer jornalístico como um sistema, que funciona por meio de processualidades que lhe são próprias e constituintes, sem, no entanto, serem descoladas da realidade social e nem independentes dos demais campos sociais”.

Desse modo, fundamentando-se nos conceitos e noções acerca do discurso apresentados acima, destaca-se que o discurso jornalístico é um domínio discursivo em que se pode manifestar opiniões acerca de questões sociais a partir de crenças e ideologias do sujeito-enunciador. Também destaca-se que no discurso jornalístico, no contexto específico do artigo de opinião, por exemplo, as estratégias textuais-discursivas dos autores dos artigos são influenciadas por aspectos pragmáticos (contextuais) da situação comunicativa, dos artigos de opinião dos jornais, que exige um posicionamento dos articulistas sobre os assuntos tratados, em um contexto em que os colunistas, a partir de seus papéis sociais, visam persuadir os leitores (interlocutores). Isso expressa a noção de que os colunistas não só podem, mas devem manifestar seu ponto de vista acerca das questões sociais tratadas nos artigos (Cunha, 2012; Lourenço & Hirata-Vale, 2015; Ramos et al., 2019; Vidal et al., 2018).

Referente à evidencialidade no discurso jornalístico, Miranda (2020, p. 1516-1517) afirma que:

o texto jornalístico, contexto no qual evidenciais, especialmente reportativos e citativos, aparecem com grande recorrência, uma vez que se busca passar uma informação que seja entendida como confiável, sendo o evidencial uma importante estratégia para empregar essa confiabilidade; além de ser uma forma de o falante se descomprometer com determinadas informações (Miranda, 2020, p. 1516-1517).

Assim, no discurso jornalístico, a utilização de evidenciais reportativos e citativos em gêneros jornalísticos como o artigo de opinião, representa uma

estratégia textual-discursiva utilizada pelos autores dos artigos para dar mais credibilidade às informações expostas e para diminuir a responsabilidade acerca do que é dito (Miranda, 2021).

5. Gênero textual artigo de opinião

Diante dos gêneros textuais existentes, enfatiza-se o gênero textual artigo de opinião, que segundo Rangel et al. (2019), pode ser definido como um gênero textual constitutivamente argumentativo. A publicação deste gênero ocorre em jornais, revistas e na internet, tendo a assinatura de um articulista, o qual que defende uma opinião (tese) acerca de uma determinada questão polêmica.

Assim, “o artigo de opinião permite ao autor se posicionar contra ou a favor de uma questão polêmica, de maneira implícita ou explícita em seu texto, e, assim, defender sua “tese”, ou seja, aquilo que ele acredita, a partir de argumentos convincentes para que convença o seu leitor” (Castellani & Barros, 2018, p. 204). Segundo Melo (2015, p. 73) “o artigo de opinião é um gênero que visa defender um posicionamento sobre uma determinada temática, o qual relaciona um ponto de vista de um sujeito que pode ou não concordar com o tema abordado”. A autora ainda destaca que, “dessa forma, o gênero artigo de opinião busca fazer com que o interlocutor mude a sua opinião por meio da argumentação proferida acerca de um assunto polêmico” (Melo, 2015, p. 73). Em relação aos assuntos polêmicos abordados em artigo de opinião, Cunha (2012, p. 76) afirma que “o autor não pode se limitar a simplesmente explicitar o seu ponto de vista. Mais do que isso, o autor precisa buscar modificar a visão de mundo do leitor, convencendo-o da consistência de suas opiniões”.

Ramos et al. (2019, p. 96) afirmam que “o artigo de opinião, em circulação social, é escrito para comentar algo que já foi dito (fato jornalístico), geralmente uma questão polêmica ou controversa. O jornalista constrói o seu discurso a partir de outros e, ao mesmo tempo, dialoga com o discurso potencial do seu leitor”. Nesse comentário o autor do artigo de opinião expressa uma tese (opinião) acerca de um determinado assunto. Essa tese representa uma hipótese que o articulista procura comprová-la através de argumentos (Ramos et al., 2019). Desse modo, numa abordagem funcionalista, a construção argumentativa no artigo de opinião, se reflete em categorias pragmáticas, discursivas e contextuais, as quais são manifestadas

na situação comunicativa específica do contexto discursivo jornalístico, em que os autores dos artigos, através de suas intenções, dialogam e interagem com os seus leitores (interlocutores) acerca das temáticas abordadas (Sperança-Crisuolo, 2014).

Moura e Silva (2017, p. 2) afirmam que o “artigo de opinião é um texto dissertativo em que o outro expõe seu ponto de vista diante de um fato ou tema que seja preferencialmente de interesse coletivo e atual”. O autor (articulista) deve ter em mente que ele deve responsabilizar-se pelas ideias e opiniões expostas na argumentação de seu artigo de opinião e, consequentemente, ele precisa atentar para a importância da veracidade daquilo que é apresentado em seu texto (Moura & Silva, 2017).

Buckta e Striquer (2015) explicam que, no artigo de opinião, a predominância é a do discurso interativo, em qualquer uma das esferas, jornalística e escolar, tendo em vista que o autor se coloca no texto apresentando sua opinião/tese. Desse modo, os elementos que sinalizam a interação são, por exemplo, o uso de pronomes pessoais e possessivos de primeira pessoa do discurso, do singular ou do plural, ou a impessoalidade por meio da terceira pessoa no singular (Buckta & Striquer, 2015).

6. Metodologia

O universo desta pesquisa corresponde aos artigos de opinião de jornais do Estado do Ceará. Já a amostra (*corpus*) corresponde a 30 artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste” do Estado do Ceará.

Para a identificação e a definição dos artigos de opinião que compõem o *corpus* dessa pesquisa, optou-se por não se definir uma temática específica para os artigos analisados, justificando-se que em assuntos diversos tem-se a expectativa de identificar maior variedade na manifestação das marcas evidenciais, as quais são manifestadas pelos articulistas através de estratégias textuais-discursivas como a indicação ou não a fonte da informação, a forma de transmissão do conhecimento (subjativa, experiencial, inferencial e relatada) e o grau de comprometimento acerca do que é exposto.

Para a composição do *corpus* desse trabalho, após a pesquisa, a identificação e a definição dos artigos de opinião selecionados geraram-se 145 ocorrências para a análise.

Depois da obtenção, codificação e análise das ocorrências dessa pesquisa, definiram-se as categorias de análise da evidencialidade, baseando-se nas categorias de análise de Carioca (2009, p. 84 e 85), a qual apresenta-se da seguinte forma:

- Aspectos semânticos, ramificados em: b.1) tipo de fonte da informação (sujeito-enunciador, fonte externa definida e indefinida, domínio comum); b.2) envolvimento com a obtenção do conhecimento (direta, menos direta e indireta); b.3) envolvimento com a transmissão do conhecimento (subjativa, experiencial, inferencial e relatada).

7. Discussão dos dados

Nesta seção se apresenta **a análise** dos aspectos semânticos da evidencialidade nos artigos de opinião analisados.

Segundo a GDF, a semântica é regida pela pragmática. Desse modo, a proposta assumida nessa pesquisa é de que os aspectos semânticos definidos estão dependentes a uma situação concreta de uso linguístico (contexto pragmático).

Conforme Carioca (2009), em relação à natureza semântica da evidência, a marca evidencial depende da integração de três fatores para que se verifique sua natureza: tipo de fonte, tipo de acesso evidencial e natureza evidencial da informação. Esses fatores são descritos a seguir.

Tipo de fonte

No total de 145 de ocorrências do *corpus* dessa pesquisa, a maior frequência do tipo de fonte da informação foi a de fonte externa definida com 69, seguido do sujeito-enunciador com 63. A frequência da fonte externa indefinida foi 10 e a frequência da fonte domínio comum foi 3. Diferentemente disso, o trabalho de Carioca (2009) sobre o discurso acadêmico, demonstrou a predominância da fonte externa definida em relação aos outros tipos de fonte de sua pesquisa, que por sua vez, decorreu devido à impessoalidade do discurso acadêmico.

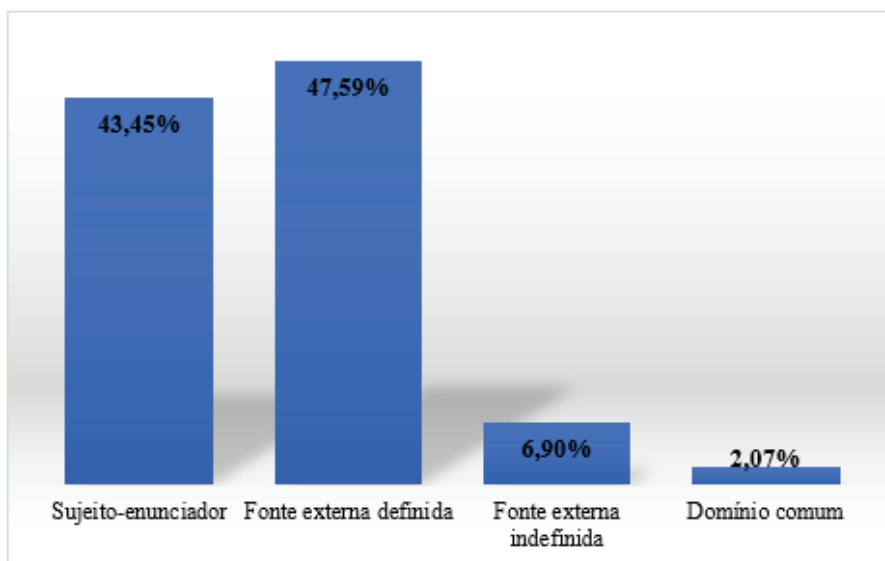
Também sobre a predominância da fonte externa definida em relação aos outros tipos de fonte, o trabalho de Silva et al. (2020) sobre a eviden-

cialidade em artigos de j-blogs escritos em língua espanhola, em relação à fonte da informação, demonstrou uma predominância da fonte externa definida, seguida do tipo falante (que é o próprio escritor).

Os autores acreditam que a predominância da fonte externa definida ocorre porque os escritores parecem optarem por utilizar fontes externas definidas para dar mais credibilidade às informações veiculadas, assim como para dar um menor comprometimento do escritor acerca da informação exposta (Silva et al., 2020).

Na continuidade da exposição dos resultados estatísticos de nossa pesquisa com suas respectivas descrições, apresenta-se, a seguir, no Gráfico 1, o percentual dos tipos de fonte evidencial encontrados:

Gráfico 1. Tipos de fonte evidencial nos artigos opinião do jornal “Diário do Nordeste”



Fonte: dados da pesquisa.

No Gráfico 1, observa-se uma maior porcentagem da fonte externa definida com 47,59%, seguido da fonte sujeito-enunciador com 43,45%. A fonte externa indefinida e domínio comum tiveram um percentual de 6,90% e 2,07% respectivamente. A prevalência da fonte externa definida nos artigos de opinião ocorre devido ao fato de que o produtor textual utiliza esse tipo de

fonte para distanciar da responsabilidade acerca da informação asseverada e para dar mais credibilidade à informação veiculada. Já predominância da fonte sujeito-enunciador decorre devido à situação comunicativa do meio jornalístico, que exige um posicionamento do autor do artigo de opinião acerca da informação veiculada.

Nos exemplos, a seguir, se ilustram os tipos de fonte encontrados na pesquisa.

(1) Entretanto, PENSO ser remota a possibilidade de Ciro desistir de disputar o Palácio do Planalto em prol de Tebet (p. 2). (A11.DN.67)

No exemplo 1, a marca evidencial verbal *penso* mostra que o produtor textual assume a responsabilidade acerca da informação, demonstrando que ele é o sujeito-enunciador (fonte da informação), ao utilizar a primeira pessoa do singular. Ele poderia, no entanto, diminuir o seu comprometimento acerca do que é dito, utilizando outra marca evidencial.

(2) PODEMOS DIZER que a realização da Fenafes tem um significado não somente econômico, mas um importante significado político, pois representa e explicita a resistência da pequena produção familiar, dos pequenos produtores rurais, para conseguirem realizar sua produção, no interior de um quadro de monopólio da propriedade da terra, de prevalência do latifúndio, muitas vezes improdutivo, de dificuldade de acesso a terra por parte dos camponeses, durante toda a história dessa área do país (p. 1). (A8.DN.44)

Em (2), também ocorre a manifestação da fonte sujeito-enunciador, mas com uma marca evidencial verbal flexionada em primeira pessoa do plural. Embora essa marca evidencial (*podemos*) dar a supor que várias pessoas compartilham a asserção exposta, o predicado encaixador proposicional (*dizer*) expressa a certeza do conteúdo asseverado como sendo só do produtor textual.

(3) SEGUNDO dados da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec), 80% dos produtores de camarão no Ceará não possuem licenciamento ambiental, ficando impossibilitados de acessar linhas de créditos em bancos públicos ou privados (p. 1). (A21.DN.88)

No exemplo 3, a marca evidencial prepositiva (*segundo*) revela que a fonte do conteúdo asseverado é uma fonte externa definida (dados da Federa-

ção da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec)). O produtor textual utiliza esse tipo de fonte visando não se comprometer acerca do que é dito.

(4) ... PARA alguns, as trevas do apocalipse chegaram, e o destino das criptomoedas, em particular do Bitcoin, é o fim (p. 1). (A5.DN.25)

Já em (4), ocorre a manifestação de uma fonte externa indefinida, uma vez que não é possível identificar a fonte da informação, devido ao fato de haver a indeterminação do sujeito do conteúdo asseverado.

(5) Tomemos um caso diferente. Quando uma família resolve, sem muitas alternativas, construir sua casa numa vertente de morro barrenta e instável. O Estado sabe o que vai acontecer. Todos SABEMOS que a chuva virá. Os desmoronamentos acontecerão e bateremos outros tantos recordes de desabrigados e mortos. Aqui o Estado é tolerado por sua omissão (p. 2). (A2.DN.10)

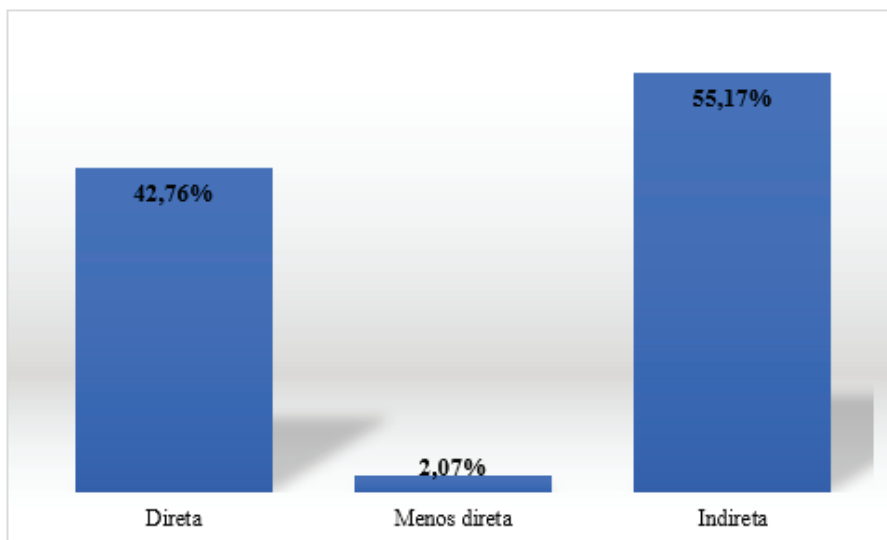
Em (5), ocorre a manifestação de uma fonte de domínio comum, já que a informação exposta, ocorre como sendo compartilhada não apenas do produtor textual, mas também de várias pessoas que podem chegar ao mesmo entendimento do produtor textual acerca do conteúdo asseverado.

Acesso evidencial da informação

O acesso evidencial relaciona-se “ao tipo de experiência sensorial/ cognitiva que deu origem ao conhecimento asseverado” (Casseb-Galvão, 2001a, p. 97). Assim, conforme Casseb-Galvão (2001a), o acesso evidencial ocorre de forma direta, menos direta e indireta.

No Gráfico 2, a seguir, apresenta-se o percentual dos tipos de acesso evidencial:

Gráfico 2. Acesso evidencial da informação nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”



Fonte: dados da pesquisa.

No Gráfico 2, observa-se uma predominância do percentual do acesso evidencial indireta com 55,17%, seguido do acesso evidencial direta com 42,76%, enquanto que o acesso evidencial menos direta teve apenas 2,07% de percentual.

Do total de 145 ocorrências do *corpus* dessa pesquisa, em relação à frequência dos tipos de acesso evidencial, observou-se uma predominância do tipo de acesso evidencial indireta com 80 casos, seguido do acesso evidencial direta com 62 casos. Já o acesso evidencial menos direta teve apenas 3 casos.

A predominância do tipo de acesso evidencial indireta nos artigos de opinião ocorre devido ao fato de que, o produtor textual utiliza o denominado argumento de autoridade tanto para dar mais credibilidade ao seu discurso quanto para transferir a responsabilidade do que foi dito para a autoridade citada, demonstrando assim que ele não é a fonte da informação veiculada.

Já o percentual de 42,76% da marca evidencial direta ocorre devido ao fato de que, aspectos pragmáticos (contextuais) da situação comunicativa, dos artigos de opinião dos jornais, que exigem um posicionamento dos articulistas sobre os assuntos tratados, em um contexto em que os colunistas,

a partir de seus papéis sociais, visam persuadir os leitores (interlocutores), podem aumentar o seu grau de comprometimento acerca do que é exposto para demonstrar, de uma forma mais efetiva, o seu ponto de vista sobre a temática abordada.

Evidencialidade direta

(6) Sempre peço para que a pessoa fale um pouco mais sobre os interesses que tem. Em geral, adoro incentivar um sonho, mas, honestamente, ACHO que acabo sempre derramando um balde de água fria - realidade - naquela vontade que ainda não tem base para se concretizar (p. 1). (A6.DN.31)

O exemplo (6) expressa a noção de que a informação foi gerada pelo próprio produtor textual através de uma experiência pessoal na qual ele adquiriu o conhecimento exposto.

(7) OUVIR ISSO confirma que me incluo entre as educadoras sintonizadas com as necessidades da população marcada por profundas desigualdades raciais (p. 1). (A25.DN.126)

Em (7), a informação descrita é oriunda de uma experiência sensorial vivenciada pelo produtor textual.

Evidencialidade menos direta

(8) O inverno das criptomoedas chegou e PARECE distante de ir embora. Apesar de alguns resultados positivos nos últimos dias, o ano de 2022 é de perdas para a principal cripto, o Bitcoin, que tem performance negativa superior a 50% (p. 1). (A4.DN.17)

(9) Apesar da aproximação do período de oficialização de candidaturas para as eleições deste ano, o grupo governista no Ceará ainda PARECE estar longe de uma definição (p. 1). (A22.DN.101)

Nos exemplos (8) e (9), manifesta-se a marca evidencial menos direta, em que o produtor textual infere as informações através da análise de evidências disponíveis.

Evidencialidade indireta

(10) DE ACORDO COM os dados da União Europeia, em 2019, nos seus 27 países integrantes, um quinto da população tinha idade igual ou superior a 65 anos (p. 1). (A1.DN.02)

(11) São questões nacionais e que valem, do mesmo modo, para a nossa metrópole. SEGUNDO os dados do Censo de 2010, 6,5% da população de Fortaleza era considerada idosa (com 65 anos ou mais), algo próximo a 161 mil habitantes (p. 1). (A1.DN.05)

Nas ocorrências (10) e (11), é manifesta a marca evidencial indireta, em que o produtor textual relata conhecimentos disponíveis no *ouvir-dizer* na literatura, na qual ele teve acesso.

A natureza evidencial da informação

Segundo Carioca (2009), na análise da natureza evidencial da informação, por meio da marca evidencial utilizada pelo produtor textual, é possível diagnosticar se ele, ao citar a fonte de uma informação, argumentou (baseando-se em conhecimentos próprios, crenças de sua subjetividade), deduziu (com base em pistas disponíveis), experimentou (com base em sua vivência) ou citou (com base na autoria).

As marcas evidenciais identificadas da natureza evidencial são ilustradas nos exemplos a seguir:

Subjetiva

(12) Sempre peço para que a pessoa fale um pouco mais sobre os interesses que tem. Em geral, adoro incentivar um sonho, mas, honestamente, ACHO que acabo sempre derramando um balde de água fria - realidade - naquela vontade que ainda não tem base para se concretizar (p. 1). (A6.DN.31)

A manifestação da marca evidencial verbal *acho*, no exemplo (12), expressa a noção de que o produtor textual assume um comprometimento acerca da informação exposta. O predicado encaixador (*acho*) constitui uma atitude proposicional do produtor textual.

Experiencial

(13) ... ESCUTEI uma frase mais ou menos assim: “eu quero chegar nessa fase de esperança que tu tem”. Sorri de olhos e dentes, e ouvi nova entonação que também me colocava como “uma pessoa de esperança” (p. 1). (A7.DN.40)

Em (13), o produtor textual demonstra que obteve a informação por meio de uma experiência sentida (escutei) e vivenciada por ele e, assim, ele relata essa experiência em seu texto.

Inferencial

(14) O inverno das criptomoedas chegou e PARECE distante de ir embora. Apesar de alguns resultados positivos nos últimos dias, o ano de 2022 é de perdas para a principal cripto, o Bitcoin, que tem performance negativa superior a 50% (p. 1). (A4.DN.17)

Nesse exemplo (14), o predicado encaixador proposicional (*parece*) indica que a informação dita foi obtida através de uma inferência do produtor textual.

Relatada

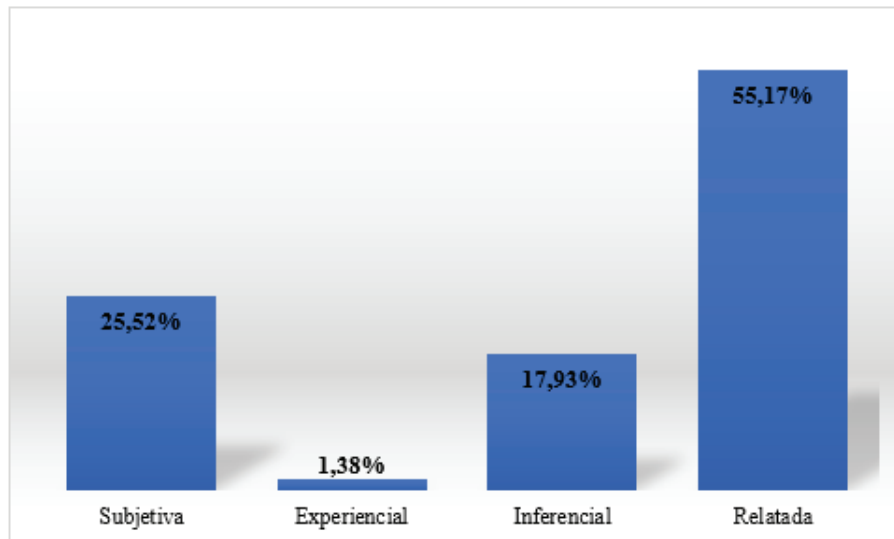
A evidencialidade relatada se caracteriza “a partir da existência de uma fonte da informação que não é o produtor textual e o efeito é de um relato de algo já anteriormente dito”. (Carioca, 2009, p. 97). Esse tipo de evidencialidade relaciona-se diretamente com o denominado argumento de autoridade por meio de uma citação direta ou indireta de uma autoridade no assunto em questão.

(15) A ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, durante coletiva de imprensa nesta quarta-feira (15) DISSE que Portugal tem “necessidades urgentes de recursos humanos” e que precisa “revitalizar a economia”. (A6.DN.33)

No exemplo 15, o verbo de elocução *disse* indica a citação da fonte da informação (A ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes). Nessa estratégia textual-discursiva, o produtor transfere a responsabilidade da informação para a fonte externa definida citada.

No Gráfico 3, a seguir, apresenta-se o percentual da análise dos tipos de natureza evidencial da informação dessa pesquisa:

Gráfico 3. A natureza evidencial da informação nos artigos de opinião do jornal “Diário do Nordeste”



Fonte: dados da pesquisa.

No Gráfico 3 se mostra uma predominância da natureza evidencial relatada com 55,17%. Os tipos de natureza evidencial subjetiva e inferencial tiveram percentuais próximos com 25,52% e 17,93% respectivamente. Já a natureza evidencial experiencial teve apenas 1,38% de percentual. Diferente desses percentuais da natureza evidencial relatada em relação aos outros tipos de natureza evidencial, a pesquisa de Carioca (2009), demonstrou uma grande predominância da natureza relatada 81,90% em relação aos outros tipos de natureza evidencial (subjetiva (5,50%), experiencial (5,80%), inferencial (6,80%)).

A prevalência da natureza evidencial relatada no *corpus* de nossa pesquisa ocorre devido ao fato de que o produtor textual (autor do artigo de opinião) utiliza uma fonte externa definida, por exemplo, tanto para diminuir sua responsabilidade de acerca do que é dito quanto para dar mais credibilidade a informação exposta, visando o convencimento dos leitores do seu texto. O produtor textual também pode usar uma fonte externa indefinida, objetivando não se comprometer acerca do que é exposto.

Os resultados, de nossa pesquisa, ainda mostram que, embora com percentuais menores, os tipos de natureza evidencial subjetiva e inferencial,

ocorreram na análise devido ao fato de que aspectos pragmáticos (contextuais) da situação comunicativa, dos artigos de opinião dos jornais, que exigem um posicionamento dos articulistas sobre os assuntos tratados, em um contexto em que os colunistas, a partir de seus papéis sociais, visam persuadir os leitores (interlocutores), podem aumentar o seu grau de comprometimento acerca do que é exposto para demonstrar, de uma forma mais efetiva, o seu ponto de vista sobre a temática abordada.

Considerando que a nossa pesquisa diz respeito à manifestação da evidencialidade no discurso jornalístico, destacam-se alguns trabalhos que obtiveram resultados semelhantes à nossa pesquisa em relação à natureza evidencial.

O primeiro desses trabalhos destacados é o estudo de Lourenço e Hirata-Vale (2015) sobre a expressão da evidencialidade nos gêneros jornalísticos artigo de opinião, editorial e notícia do jornal (Folha de S.Paulo), que demonstrou que, nos artigos de opinião, em relação aos tipos evidenciais, houveram uma predominância dos evidenciais reportativos e inferenciais, tendo por sua vez mais evidenciais reportativos.

Outro trabalho em que investigou a evidencialidade em gêneros jornalísticos foi a pesquisa de estudo de Vidal et al. (2018) sobre a evidencialidade em colunas jornalísticas escritas em espanhol, demonstrou a predominância da evidencialidade reportativa de fonte definida e da evidencialidade inferencial, em que o colunista manifesta-se como a fonte da informação.

Miranda (2021) em sua pesquisa sobre a expressão das evidencialidades reportativa e citativa no discurso jornalístico, demonstrou que o tipo de discurso usado em cada evidencial mostra que a citação é obrigatoriamente expressa por meio do discurso direto, diferentemente disso, a reportatividade pode ser expressa por discurso indireto e misto.

8. Considerações finais

A partir da realização dessa pesquisa, concernente aos aspectos semânticos da evidencialidade nos artigos de opinião analisados, conclui-se, primeiramente, em relação ao envolvimento com a aquisição do conhecimento, houve uma predominância do percentual do acesso evidencial indireta com 55,17%.

No que se refere aos tipos de fonte, prevaleceram a fonte externa definida e sujeito-enunciador com percentuais muito próximos. A prevalência da fonte externa definida nos artigos de opinião ocorre devido ao fato de que o produtor textual utiliza esse tipo de fonte para distanciar da responsabilidade acerca da informação asseverada e para dar mais credibilidade à informação veiculada. Já predominância da fonte sujeito-enunciador decorre devido à situação comunicativa do meio jornalístico, que exige um posicionamento do autor do artigo de opinião acerca da informação veiculada.

O tipo de noção evidencial prevalente na elaboração dos artigos de opinião analisados foi a marca evidencial relatada. A prevalência da natureza evidencial relatada ocorre devido ao fato de que o produtor textual (autor do artigo de opinião) utiliza uma fonte externa definida, por exemplo, tanto para diminuir sua responsabilidade de acerca do que é dito quanto para dar mais credibilidade a informação exposta, objetivando o convencimento dos leitores do seu texto. O produtor textual também pode usar uma fonte externa indefinida, objetivando não se comprometer acerca do que é exposto.

Ainda sobre a natureza evidencial da informação, os resultados, dessa pesquisa, ainda mostram que, embora com percentuais menores, os tipos de natureza evidencial subjetiva e inferencial, ocorreram na análise devido ao fato de que aspectos pragmáticos (contextuais) da situação comunicativa, dos artigos de opinião dos jornais, que exigem um posicionamento dos articulistas sobre os assuntos tratados, em um contexto em que os colunistas, a partir de seus papéis sociais, visam persuadir os leitores (interlocutores), podem aumentar o seu grau de comprometimento acerca do que é exposto para demonstrar, de uma forma mais efetiva, o seu ponto de vista sobre a temática abordada.

Assim, conclui-se que a evidencialidade manifesta-se no português brasileiro ao analisar-se usos reais linguísticos dos artigos de opinião. Isso indica que o sistema evidencial dessa língua ocorre por meio de situações comunicativas específicas de uso concreto da língua. As manifestações evidenciais ocorrem através de itens lexicais ou gramaticais escolhidos pelos efeitos de sentido pretendidos pelos autores dos artigos.

Também conclui-se que essa pesquisa contribui para os estudos da evidencialidade, tendo em vista que ela identifica e descreve marcas evidenciais no português brasileiro, no contexto jornalístico, especificamente, no gênero textual artigo de opinião. Essas marcas foram manifestadas por meio de itens lexicais ou gramaticais.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) que forneceu um apoio financeiro a Paulo Roberto Sousa Ferreira através de uma bolsa durante o período de junho de 2022 a fevereiro de 2023.

Conflito de Interesses

Declaramos não ter qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo.

Contribuição dos autores

Paulo Roberto Sousa Ferreira foi responsável pelas funções de conceitualização, coleta dos dados, análise dos dados, validação dos dados e escrita do texto, enquanto Cláudia Ramos Carioca foi responsável pelas funções de supervisão da pesquisa e edição do texto.

Disponibilidade de dados

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Referências

- Buckta, M. A., & Striquer, M. S. D. (2015). O artigo de opinião: materialização de novas práticas sociais de linguagem. In *International Congress of Critical Applied Linguistics* (pp. 1341-1354). [http://www.uel.br/projetos/iccald/pages/arquivos/ANAIS/PRATICA\(S\)/O%20ARTIGO%20DE%20OPINIAO%20MATERIALIZACAO%20DE%20NOVAS%20PRATICAS%20SOCIAIS%20DE%20LINGUAGEM.pdf](http://www.uel.br/projetos/iccald/pages/arquivos/ANAIS/PRATICA(S)/O%20ARTIGO%20DE%20OPINIAO%20MATERIALIZACAO%20DE%20NOVAS%20PRATICAS%20SOCIAIS%20DE%20LINGUAGEM.pdf).
- Carioca, C. R. (2018). A integração dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos na manifestação da evidencialidade. *Entrepalavras*, (8)n.esp., 112-129. <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-6esp1204>.
- Carioca, C. R. (2016). A motivação metafórica na gramaticalização do marcador evidencial de acordo com. *Signo*, (41)70, 101-109. <https://doi.org/10.17058/signo.v41i70.6015>.
- Carioca, C. R. (2015). A evidencialidade na fala dos guineenses focalizando as dificuldades da comunicação em língua portuguesa. *RBLA*, (15)1, 131-147, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-639820155854>.

- Carioca, C. R. (2009). *A evidencialidade em textos acadêmicos de grau do português brasileiro contemporâneo*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório da UFC. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/5898>.
- Carioca, C. R. (2005). *A manifestação da evidencialidade nas dissertações acadêmicas do português brasileiro contemporâneo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório da UFC. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3608>.
- Casseb-Galvão, V. C. (2001a). *Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: Os usos da expressão diz que*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista]. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/820/o/tese_casseb_galvao.pdf.
- Casseb-Galvão, V. C. (2001b). Aspectos de um estudo funcionalista da modalidade evidencial. In M. E. Soares (org.). *ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Linguística/Associação Brasileira de Linguística* (pp. 582-583). Imprensa Universitária/UFC. https://abralin.org/wp-content/uploads/2020/03/ABRALIN_26.pdf.
- Castellani, R. A., & Barros, E. M. D. (2018). Modelo teórico/didático do gênero artigo de opinião: ferramentas para análise do gênero. *Entrepalavras*, (8)2, 196-214. <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-21178>.
- Charaudeau, P. (2016). *Linguagem e discurso: modos de organização*. Editora Contexto.
- Cunha, G. X. (2012). A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso. *Filol. linguíst. port.*, (14), 1, 73-97. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v14i1p73-97>.
- Dall'Aglio-Hattner, M. M. (1995). *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista]. https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=dqv7cO0AAAAJ&citation_for_view=dqv7cO0AAAAJ:Tyk-4Ss8FVUC.
- Dik, S. C. (1989). *The theory of functional grammar*. Foris Publications.
- Dik, S. C. (1997). *The theory of functional grammar*. (K. Hengeveld, Ed.). Mouton de Gruyter.
- Furtado da Cunha, M. A. (2011). Funcionalismo. In M. E. Martelotta (org.). *Manual de Linguística* (p. 157). Contexto.
- Hengeveld, K. (1988). Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *Journal of Semantics*, (6)1, 227-269. <https://doi.org/10.1093/jos/6.1.227>.
- Givón, T. (2001). *Syntax: An introduction*. John Benjamins Publishing Company.
- Gonçalves, S. C. L. (2004). Gramaticalização de construções com o verbo “parecer” no português brasileiro: de verbo pleno a satélite atitudinal. *VEREDAS - Rev. Est., Ling.*, (8)1/2, 195-214. https://www.researchgate.net/publication/282132976_Gramaticalizacao_de_construcoes_com_o_verbo_parecer_no_portugues_brasileiro_de_verbo_pleno_a_satelite_atitudinal.

- Gonçalves, S. C. L. (2003). *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da Unicamp. <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/280446>.
- Hattnher, M. M. D. (2018). A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento. *Entrepalavras*, (8)n. esp., 98-111. <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-6esp1244>.
- Lourenço, F. P. C., & Hirata-Vale, F. B. M. (2015). A expressão da evidencialidade no gênero jornalístico. *Estudos Linguísticos*, (44)1, 65-77. <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/873/455>.
- Lucena, I. L. (2008). *A expressão da evidencialidade no discurso político: uma análise da oratória política da Assembléia Legislativa do Ceará*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório da UFC. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/6100>.
- Maingueneau, D. (2008). *Gênese dos discursos*. [S. Possenti, Trad.]. Parábola Editorial. (Obra original publicada em 1984).
- Melo, B. O. R. (2015). Gêneros textuais e argumentação: propostas de ensino do artigo de opinião em livros didáticos. *Linha D'Água (Online)*, (28)2, 67-84. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v28i2p67-84>.
- Miranda, A. F. (2021). *A expressão das evidencialidades reportativa e citativa no discurso jornalístico*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"]. Repositório da Unesp. <https://repositorio.unesp.br/items/25dd8e20-47f5-4431-9036-f58bffe542>.
- Miranda, A. F. (2020). A expressão da evidencialidade reportativa e da evidencialidade citativa na língua portuguesa. *Estudos Linguísticos*, (49)3, 1511-1528. <https://doi.org/10.21165/el.v49i3.2641>.
- Moura, R. M. C., & Silva, R. M. (2017). Como fazer um artigo de opinião. In *IV Simpósio Nacional de Linguagens e Gêneros Textuais*. <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/27280>.
- Neves, M. H. M. (2018). *Gramática funcional: interação, discurso e texto*. Contexto.
- Neves, M. H. M. (1997). *A gramática funcional*. Martins Fontes.
- Pêcheux, M. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (E. P. Orlandi, L. C. Jurado Filho, M. L. G. Corrêa, & S. M. Serrani, Trans.). Editora da UNICAMP.
- Ramos, W. C., Bicudo, C., & Raimo, L. C. F. D. D. (2019). A organização retórica do artigo de opinião no contexto do vestibular. *Entrepalavras*, (9)2, 93-111. <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321-21493>.
- Rangel, E. O., Gagliardi, E., Amaral, H. (2019). *Pontos de vista. Caderno do professor: orientações para produção de textos*. Cenpec - Coleção da Olimpíada. <https://www.escrevendoofuturo.org.br/arquivos/8148/caderno-artigo.pdf>.

- Schwaab, R., & Zamin, A. (2014). O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. *Vozes & Diálogo*, (13)1, 49-62. <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/5387>.
- Silva, I. L. L. (2013). *A expressão da evidencialidade no português escrito do século XX no contexto de gêneros textuais*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório da UFC. <https://repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/8248>.
- Silva, V. H. S. (2020a). *A expressão lexical da dedução e da inferência em língua portuguesa: uma análise discursivo-funcional*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório da Unesp. <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b89c45a3-b2e8-47d3-89a3-2f291bcd94db/content>.
- Silva, V. H. S. (2020b). Diferenças na complementação de verbos evidenciais na expressão da dedução e da percepção de evento em língua portuguesa. *Revista Linguagens & Letramentos*, (5)1, 103-125. <https://doi.org/10.56814/lel.v5i1.1433>.
- Silva, D. S. F., Prata, N. P. P., & Silva, I. L. L. (2020). La evidencialidade en artículos de j-blogs escritos en lengua española. *Caracol*, 19, 344-369. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9651.v0i19p344-369>.
- Sperança-Crisuolo, A. C. (2014). Uma abordagem funcionalista da língua. In A. C. Sperança-Crisuolo. *Funcionalismo e cognitismo na sintaxe do português: uma proposta de descrição e análise de orações subordinadas substantivas para o ensino [online]* (pp. 29-54). Editora UNESP.
- Vendrame, V. (2010). *Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório da Unesp. <https://repositorio.unesp.br/items/ea98a8f2-7b29-494c-93d8-bf7819c7544b>.
- Vendrame, V. (2005). *A evidencialidade em construções complexas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista].
- Vidal, R. P., Prata, N. P. P., & Silva, I. L. L. (2018). A evidencialidade em colunas jornalísticas escritas em espanhol. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, (7)2, 354-376. <https://doi.org/10.47295/mgren.v7i2.1668>.
- Willett, T. (1988). A Cross-Linguistic Survey of the Grammaticization of Evidentiality. *Studies in Language*, (12)1, 51-97.

Recebido em: 26.11.2024

Aprovado em: 04.02.2026

EDITORA GERAL: Marcia Veirano Pinto 